



Educação feminina desvalida em Sergipe: o caso da Escola da Imaculada Conceição (primeiras décadas do século XX)

Indigent female education in Sergipe: case Study Escola Imaculada Conceição (first decades Of the 20th century)

Josineide Siqueira de Santana, Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, Aracaju, Brasil, josi-siqueira2010@hotmail.com

Resumo

O presente artigo tem como objetivos apresentar a implantação da Escola da Imaculada Conceição; sua contribuição à educação de meninas desvalidas em Sergipe, de modo especial na cidade de São Cristóvão e compreender o processo educativo de meninas órfãs e a atuação da referida instituição de ensino no campo da educação feminina. Os fundamentos teóricos metodológicos deste trabalho estão contidos nos pressupostos da Nova História e História Cultural e tem como fundamentação teórica as pesquisas relacionadas à História da Educação, Educação Feminina e Cultura Escolar. Ao estudarmos a criação de uma escola para meninas desvalidas, percebemos que apesar das dificuldades, a educação promovida estava em sintonia com o que se pregava no período e o que almejava a sociedade nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Escola Imaculada Conceição. História da Educação. Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. Educação de Órfãs.

Abstract

This article aims to present the implementation of the “Escola da Imaculada Conceição” and its contribution to the education of underprivileged girls in the state of Sergipe, Brazil, mainly in the city of São Cristóvão, so as to understand the educational process of orphan girls and the accomplishment of this institution in the field of female education. The theoretical and methodological principles of this study are based in the assumptions of the New History and Cultural History, and has as theoretical premise the researches related to the History of Education, Women's Education and School Culture. When studying the conception of a school for underprivileged girls, we realized that, despite the difficulties, the education promoted was in tune with what was preached in the period and what society wanted in the first decades of the twentieth century.

Keywords: Escola Imaculada Conceição. The History of education. The missionary sisters from the “Escola Imaculada Conceição”. Education of Orphans.

Por que estudar a infância desvalida em escolas confessionais?

A pesquisa realizada com as alunas da Escola do Orfanato da cidade de São Cristóvão, no estado de Sergipe nasceu mediante inquietação devido ao fato de que em nosso Programa de Pós-Graduação em Educação contávamos com uma gama interessante de trabalhos sobre a educação feminina e masculina de elite, cabendo à educação da infância desvalida certo silêncio. A partir do ano 2007, pesquisas como a de Alessandra Barbosa Bispo e Joaquim Tavares da Conceição, que versavam respectivamente sobre “A Educação da Infância Pobre em Sergipe: A Cidade dos Menores Getúlio Vargas (1942-1974)” e “A Regeneração da Infância Pobre Sergipana do século XX: o Patronato Agrícola e suas práticas educativas (1924-1934)” entre outras, deram início a novos olhares sobre a educação da infância pobre e desvalida. Ambos os trabalhos ajudaram a abrir caminho sobre essa maneira de educação, ou seja, de que forma eram educadas àquelas crianças que não contavam com famílias abastadas e nem dispunham de qualquer recurso financeiro.

É justamente nesse contexto que vislumbramos a participação das congregações e instituições religiosas na educação e instrução de crianças menos favorecidas. No estado de Sergipe algumas instituições religiosas se dedicaram ao serviço a infância pobre, entre elas: Congregação das Irmãs Sacramentinas, Irmãs Franciscanas Hospitaleiras, Irmãs Missionárias da Imaculada Mãe de Deus. Essas associações desenvolviam seus trabalhos aliando assistência social e educação. Ao longo de anos, criaram escolas, asilos, orfanatos, hospitais, enfim, uma rede de estabelecimentos voltados aos cuidados com a saúde e principalmente com a educação. Vale ressaltar que muitas das escolas fundadas por congregações religiosas eram voltadas para uma educação de elite, porém, torna-se necessário enfatizar que mesmo atendendo à juventude abastada, notamos uma prática quase que peculiar a todas as congregações que se dedicavam a formação educacional, pois quando criavam uma escola para membros da alta sociedade havia também a criação de outra para os menos favorecidos.

Vale lembrar que essa era uma prática comum na maioria das escolas confessionais, tanto no estado de Sergipe como em outros estados da federação, dispor de uma escola em anexo para as pobres e desvalidas. Um exemplo foi à institucionalização da Escola Nossa Senhora do Bom Conselho, mantida pelas Irmãs Sacramentinas, cuja finalidade era para Costa (2003, p. 36) a “oferta de formação mínima às meninas pobres”. Esse mesmo procedimento foi percebido no Colégio Nossa Senhora das Graças, onde as religiosas abriram a Escola Santo Antônio que era uma instituição gratuita, porém, notou-se um problema, pois para Melo (2002, p. 65) “estendeu-se para

a separação: de um lado as filhas da elite, do outro, aquelas, mais desprovidas socialmente”.

Em meio a essas instituições encontramos o Oratório Festivo Dom Bosco (destinada às meninas órfãs de ambos os genitores) e a Escola do Lar da Imaculada Conceição (destinada às meninas órfãs de apenas um dos genitores) ambas as instituições se dedicavam exclusivamente a educação feminina de desvalidas. Graças a essas entidades meninas desamparadas foram acolhidas e educadas. Obviamente que dificuldades são observadas durante o processo, mas convém percebermos também que essas foram as poucas chances de obtenção de educação e instrução por parte dessas meninas, pois para elas, havia poucas possibilidades. Conseguir uma vaga em uma dessas casas se configurava em oportunidade de uma vida com mais perspectivas.

A tarefa que propomos neste momento é analisarmos a educação de meninas órfãs e desvalidas na Escola do Orfanato de São Cristóvão, na cidade de mesmo nome. Dando ênfase as práticas educativas e o cotidiano naquela casa de educação. Por esse motivo, para melhor compreendermos esse processo, vislumbraremos a fundação da congregação responsável pelo referido orfanato, bem como a presença das religiosas no estado de Sergipe e a fundação de uma escola para meninas desvalidas.

Dom Amando Bahmann: o fundador e as pioneiras

A Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição foi fundada pelo frade franciscano Dom Amando Bahmann em 15 de maio de 1910. Depois de sagrado bispo em 19 de julho de 1908 em Roma, Itália, voltou ao Brasil para servir na prelazia de Santarém, no estado do Pará. Ao chegar à nova terra percebeu as dificuldades vivenciadas pela população e buscou irmãs para o trabalho junto à infância e à juventude, entretanto o esforço foi em vão, devido entre outras coisas às condições precárias, ao estranhamento ocorrido a toda a mudança e principalmente a adaptação. Por esse motivo, Dom Amando, solicitou a ajuda de quatro irmãs religiosas pertencentes à Congregação das Irmãs Concepcionistas do Mosteiro da Ajuda no Rio de Janeiro, a saber: Madre Coleta da Imaculada Conceição, Sórora Verônica da Santíssima Trindade, Sórora Maria do Carmo do Coração de Jesus, Sórora Maria do Patrocínio de São José e uma professora primária alemã, Elisabeth Trombock (postulante da congregação e que anos mais tarde adotaria o nome de Madre Maria Imaculada de Jesus) para fundarem uma congregação missionária que atendesse aos anseios do povo. Durante alguns anos a referida congregação foi chamada de “Pobres Clarissas Missionárias”.

Das quatro irmãs que se ofereceram para a fundação da nova congregação, apenas uma continuou sua tarefa. As irmãs Verônica da

Santíssima Trindade e Maria do Carmo do Coração de Jesus abandonaram a vida religiosa, sendo que a primeira recebeu o indulto de secularização e voltou para São Paulo onde residia sua família. Já a segunda conseguiu dispensa dos votos através da Nunciatura Apostólica, bem como uma contribuição mensal de 100\$000 (Cem contos de Réis) para sua subsistência. Quanto à irmã Maria do Patrocínio de São José, foi recebida no Convento da Glória do Recife após desistir da missão em terras do norte do Brasil. Desse modo, permaneceram no serviço da nova ordem as irmãs Coleta da Imaculada Conceição e a professora Elisabeth Trombock.

Dois anos após a fundação da congregação religiosa, a Madre Coleta da Imaculada Conceição, cujo nome civil era Mercedes Cáprio, partiu para viver entre os índios nas selvas brasileiras. Foram muitos os infortúnios vividos por essa irmã, que após ficar órfã aos oito anos de idade, optou pela vida religiosa. Já contava com dezoito anos de vida consagrada quando aceitou o convite de Dom Amando para fundar uma nova congregação. Após dez anos de vida dedicada à educação indígena, Madre Coleta decide retomar a vida de clausura e já com a idade avançada, fundou dois outros mosteiros, um em Uberaba e outro em Araguari. Faleceu em 25 de outubro de 1977, aos noventa e sete anos.

Como em toda instituição religioso, as Missionárias da Imaculada Conceição contam com uma cofundadora, ou como era conhecida o “braço direito de Dom Amando”. Essa era Elisabeth Trombock. Filha de pais católicos, nasceu em 14 de novembro de 1887, na cidade alemã de Alhen. Em 1901, ao concluir os ensinamentos primários, resolveu ser professora e com a permissão da mãe seguiu para fazer o curso de magistério em Muenster. Em 1907 concluiu o curso e embora sentindo grande inclinação pela pedagogia confidenciou a sua genitora o desejo de torna-se religiosa. Passado algum tempo tentou a admissão no Convento de Muenster, no entanto não foi aceita por falta de vagas, então encaminharam-na ao Convento das Clarissas de Duesseldorf. Neste mesmo período, Dom Amando Bahlmann rogou uma audiência com a Abadessa das Clarissas de Duesseldorf, o então bispo, vinha solicitar àquela congregação a liberação de uma irmã religiosa com formação em magistério, pois embora o papa já tivesse liberado as licenças para que as Irmãs Concepcionistas do Rio de Janeiro pudessem viver em missão no norte do Brasil, faltava ainda para (Goldmann, 1951, p. 40) “uma professora, disposta de boa formação pedagógica que, em Santarém pudesse organizar um estabelecimento de ensino”. Ao ouvir o pedido do bispo, a abadessa Irmã Antônia começou a lhe falar sobre Elisabeth Trombock e dois dias depois segundo Goldmann (1951, p. 40) “a jovem professora apresentava-se pessoalmente a Dom Amando, e lhe comunicava sua resolução de se dedicar à instrução e educação da juventude feminina de Santarém”. Mediante sua aprovação, Elisabeth Trombock se junta ao grupo das quatro irmãs

concepcionistas do Mosteiro da Ajuda do Rio de Janeiro e segue para a missão em Santarém, no estado do Pará, chegando em 13 de novembro de 1910.

As irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus apresentam como eixo principal duas fontes de trabalho divulgador: a educação e cuidado com os enfermos. Aqui nos deteremos ao trabalho relacionado à educação, pois a referida ordem religiosa se dedica desde sua fundação à instrução, de modo especial, a feminina, através da criação de orfanato e colégios direcionados para elas. Na tabela abaixo, podemos perceber uma preocupação com a criação de orfanatos e a educação de órfãs:

Tabela 1: Fundações Educacionais das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição no Brasil

Ano de Fundação	Nome da Instituição	Local
15 de agosto de 1913	Ginásio e Orfanato Santa Clara	Santarém – Pará
Setembro de 1919	Orfanato São José	Santarém – Pará
15 de abril de 1920	Educandário Imaculada Conceição	Monte Alegre- Pará
Dezembro de 1922	Orfanato Imaculada Conceição	São Cristóvão – Sergipe
Novembro de 1924	Educandário Santa Clara	Canindé-Ceará
Janeiro de 1929	Ginásio Imaculada Conceição	Capela- Sergipe
Abril de 1929	Educandário Santa Eufrásia	Barra do Rio Grande – Bahia
-	Ginásio Santa Bernadete	Salvador –Bahia
	Ginásio Santa Isabel	Fortaleza-Ceará
Julho de 1930	Educandário Sagrado Coração de Jesus	Quixadá – Ceará
-	Ginásio Dom Amando	Santarém – Pará
-	Colégio Vera Cruz	Recife – Pernambuco
-	Escola Sagrado Coração de Jesus	Belém – Pará

Fonte: Goldmann, M. A. (1951). Madre Maria Imaculada de Jesus. Bibliografia da Primeira Superiora Geral das Irmãs Franciscanas Missionárias da Imaculada Conceição. Bahia: Mensageiro da Fé.

Em Sergipe, a presença das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição ficou marcada no Ginásio da Imaculada Conceição no Município de Capela e de modo especial, na administração do Orfanato de São Cristóvão e na criação

e manutenção da Escola do Lar da Imaculada Conceição, fundada em 1923, a partir da chegada das religiosas àquele município.

Nasce o Orfanato e chegam as Irmãs da Imaculada Conceição

No ano de 1911, por iniciativa, segundo Monteiro (1993, p. 01), da “senhora Josefa Felizarda, enfermeira responsável pelo cuidado das últimas irmãs religiosas da Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão, foi fundado o Orfanato de São Cristóvão, cujo objetivo seria amparar crianças órfãs, preferencialmente meninas”.

Em uma de suas viagens ao interior do Estado, como de costume, com o intuito de arrecadar donativos para a Santa Casa de Misericórdia, Dona Josefa Felizarda levou à presença do Frei Cornélio Neises, Ordem Franciscana Menor (OFM), duas órfãs e a partir de então, juntamente com os freis Elias Essafeld e Joaquim Benke, ambos da OFM, a instituição deu os seus primeiros passos.

Ainda no mesmo ano chegaram outras meninas, vale lembrar que para Monteiro (1993, p. 01) “muitas eram filhas de pais e mães viúvas”, mas que devido à situação de seus responsáveis, muitas eram entregues aos cuidados da referida instituição. Com a chegada das novas internas, Dona Josefa Felizarda comunicou ao frei Cornélio Neises sobre o seu desejo de se afastar do serviço, uma vez que já não se sentia inclinada ao trabalho. Diante da situação foi convidada para a administração a senhora Maria Muniz, conhecida por Dona Mariquinhas que juntamente com sua irmã Flora Muniz passaram a cuidar das órfãs. As dificuldades eram inúmeras, por isso tinha-se a convicção de que o número de meninas não poderia ultrapassar 15. Apesar do pequeno número, o trabalho não era fácil, por isso um grupo de moças da cidade que formavam a “Pia União das Filhas de Maria” se uniram à causa, onde realizavam os mais diversos trabalhos, tais como: limpeza, costura, trabalhos manuais, dentre outros. Foi nesse período, durante a administração de Dona Mariquinhas que surgiu com o objetivo de angariar fundos para o entidade a “Sociedade Protetora”, que após ter elaborado o seu estatuto, deu o nome de Orfanato de São Cristóvão, para aquela casa de educação.

Em 1922, com a saúde abalada e sentindo-se cansada, a então diretora Dona Mariquinhas solicitou ao vigário seu afastamento. Assim Frei Cornélio resolveu pedir ao seu confrade Frei Amando Bahlmann que lhes enviasse algumas irmãs da recém-criada Ordem das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição. Essa ordem foi criada pelo Frei Amando Bahlmann juntamente com a irmã Maria Imaculada de Jesus (Elisabeth Trombock).

Atendendo ao pedido, Dom Amando Bahlmann enviou para continuar a missão de acolhimento às órfãs de São Cristóvão as seguintes religiosas: Irmã

Maria Escolástica Hilmer, Irmã Joana Bodefelf, Irmã Úrsula Lutig e Irmã Batista da Silva, todas neo-professas. Desse modo, no ano de 1923, o Bispo Dom José Thomaz Gomes da Silva entregou a referida instituição aos cuidados da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, na pessoa da Reverenda Irmã Maria Escolástica Hilmer que na ocasião representava a Reverenda Geral da Congregação, Maria da Imaculada Conceição Trombock.

As Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição e a escola para meninas desvalidas

No mesmo ano foi aberto anexo ao prédio do Orfanato o Colégio da Imaculada Conceição, tendo com principal objetivo, segundo Monteiro (1993, p. 01) “trabalhar pela educação religiosa das crianças”. Vale, porém lembrar que aliado a esse objetivo, podemos vislumbrar algumas questões que fazem parte do contexto vivido, a saber, segundo Lopes e Galvão (2001, p. 72) “a feminização do catolicismo cada vez mais presente, principalmente nos manuais das congregações religiosas, ensinando a ensinar, propagando as virtudes e qualidades daquelas que irão ensinar”. No Livro Crônicas das Irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1923) encontramos o seguinte relato:

Começou no dia 15 de janeiro de ano de 1923 a aula para as órfãs em que a Superiora se incumbiu do ensino. Ajudando nas lições de português D.Lucinda. Conferiu-se pela manhã o ensino científico das 8 as 11, pela tarde as órfãs foram empregadas nos trabalhos manuaes, em que principalmente se dedicaram a ponto de marca, por chegar neste ramo sempre bastante encomendas. (Livro Crônicas das Irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, 1923, p. 02).

Desse modo, percebemos uma preocupação com os conteúdos a serem ensinados e principalmente com a formação de quem os ensinaria, onde os bons modos, a educação e a fé eram ingredientes necessários a uma boa formação. Outro fator seria a vinculação entre os papéis de mulher, mãe e dona de casa, uma tônica tida como perfeita e necessária ao bom andamento da sociedade do período e por fim a própria formação da cofundadora da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, Maria Imaculada Conceição Trombock, uma vez que a mesma era professora.

Sendo diplomada em 18 de julho de 1907, na cidade alemã de Muenster, capital da Westfália. Ao longo de sua vida ficou conhecida segundo Goldmann (1951, p. 61) como “exímia educadora, que bem depressa se apercebia das

necessidades físicas e morais de suas pequenas protegidas. Habilidade, sempre encontrava meios adequados para uma eficiente ação educativa”. Com o intuito de levar adiante os ideais da Madre Trombock, as irmãs do Orfanato de São Cristóvão procuravam seguir os seus passos e por isso tudo foi rigorosamente pensado.

Visando o bom desempenho da instituição, cada irmã assumia uma tarefa, pois, volume de trabalho para que a instituição desenvolvesse bem sua função era extenso. E mesmo com a ajuda das moças da Pia União das Filhas de Maria, o trabalho ainda carecia de muitas mãos.

Tabela 2: Relação das tarefas e religiosas responsáveis pela execução

Tarefa	Religiosa Responsável
Direção da Casa	Irmã Úrsula e Irmã Escolástica
Aulas de Catecismo	Irmã Úrsula
Cuidar da Irmandade dos Anjos	Irmã Úrsula
Dirigir a Pia União das Filhas de Maria	Irmã Escolástica
Afazeres da cozinha	Irmã Joana Bodefeld e Irmã Batista da Silva
Trabalhos de Horta, afazeres domésticos e galinheiro	Irmã Joana Bodefeld e Irmã Batista da Silva

Fonte: Livro de Crônicas das Irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958), p. 3. Acervo: Arquivo da Escola do Lar da Imaculada Conceição.

Foi no governo de Maurício Graccho Cardoso que o Orfanato de São Cristóvão conseguiu alguns incentivos, por isso, em 06 de novembro de 1925, através da lei nº 925, o governo regulamentou o Orfanato de São Cristóvão. Através dessa lei podemos perceber que alguns aspectos são bem marcados, como por exemplo: o amparo à infância feminina e desvalida, bem como o número de meninas a serem atendidas e a importância financeira a ser destinada ao andamento de casa. Assim o documento define:

Art. 1º - Fica o governo autorizado a regulamentar o Orfanato de São Cristóvão.

Art.2º - No sentido de amparar a infância desvalida, o Estado subvencionará o Orfanato de São Cristóvão com a importância anual de 12:000\$000 (Doze Contos de Réis).

Art. 3º - O estado poderá internar no referido Orfanato até 50 (cincoenta) meninas.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

(Lei nº 925, 1925).

Com essa lei, garantindo a subvenção àquela instituição, os recursos que sempre estiveram aquém do que realmente era necessário, obtiveram uma melhoria uma vez que as dificuldades eram imensas.

Não podemos esquecer que, no ano de sua fundação, apenas quinze meninas poderiam ser aceitas, porém com o advento da lei nº 925, a casa poderia receber até cinquenta internas, lembrando que as mesmas seriam enviadas através do Estado. Sobre a matrícula para as vagas na referida instituição podemos perceber que as indicações do governo ocorriam através de alguns órgãos de assistência social do Estado, mas era comum que pessoas que influenciavam a política local apresentassem nomes de meninas que ficariam sob sua responsabilidade. Assim, podemos citar a senhora Adélia Franco que indicou várias meninas, bem como os senhores Leandro Maciel, Godofredo Diniz e o próprio Graccho Cardoso.¹

As informações nos dão conta de que o Orfanato de São Cristóvão passou a ser visto como uma instituição respeitada não somente pela população da cidade, mas por pessoas influentes de outras localidades do Estado.

Chegar ao Orfanato poderia ser considerado um grande passo, tendo em vista o número de procura pelas vagas e as “indicações” feitas por pessoas influentes que pediam em favor de suas protegidas, geralmente filhas ou netas das empregadas de suas residências.

Quando chegavam ao Orfanato, cada menina recebia um número que seria bordado em todos os seus pertences pessoais. Esse procedimento dava o tom de organização ao ambiente bem como de controle, pois quem se descuidasse dos seus objetos, logo seria descoberta e sofreria as sanções previstas, afinal, para Nascimento (2004, p. 198) “a prática de numerar alunos era mais um mecanismo de controle disciplinar rígido, uma vez que a numeração atribuída ao marcada na roupa e em todos os objetos”.

O condicionamento sempre foi um traço marcante na educação oferecida por orfanatos e externatos. Aliada a ideia de ordem que produzia nas internas um senso de organização, mas vale ressaltar que tanto a disciplina quanto a organização estavam pautadas na vigilância, pois, para Foucault (2009, p. 168) “vigiar torna-se então uma função definida, mas deve fazer parte integrante do processo de produção, deve duplicá-la em todo o seu comprimento”.

A disciplina rígida era um item de suma importância para o desenvolvimento das menores, por isso as coisas mais simples deveriam acontecer da forma mais organizada possível, como por exemplo: o sentar-se à mesa, a educação ao falar, a delicadeza dos gestos, a compostura, tudo era

¹ Todos os citados eram pessoas de posse e grande influência na sociedade sergipana. As referidas informações se encontram no Livro de Matrícula Frequência Diária e Aparelhagem Escolar (1948-1949) da Escola do Lar da Imaculada Conceição. Acervo: Lar da Imaculada Conceição (Antigo Orfanato de São Cristóvão).

devidamente observado pelas irmãs que, ao perceberem alguns deslizes, não hesitavam nos castigos.

Até mesmo a rotina diária deveria ser obedecida, por meio dela também, ocorria o controle e vigilância, desse modo cada horário do dia era reservado a atividades, a saber:

Tabela 3: Rotina diária das internas

Horário	Rotina
5	Despertar
5,25	Oração da Manhã – Laudes e Meditação
6	Santa Missa
7	Café da Manhã
8	Aulas
9,30	Merenda
11,30	Término da Aula (Prima e Terça - Exame Particular)
12	Almoço
1	Repouso
2-3	Trabalhos Manuais
3	Merenda
3,30 – 4,20	Trabalhos Manuais
4,20 – 5,30	Matinas e Meditação
5,30	Estudo
6,30	Jantar
7,15	Recreio
8,30	Oração da Noite – Completas/Recolhimento e Silêncio

Fonte: Rotina do Orfanato de São Cristóvão (1965). Acervo: Arquivo do Lar da Imaculada Conceição.

Além do cumprimento da rotina diária, as internas ainda desempenhavam os chamados “ofícios”, ou seja, os trabalhos que cada menina desenvolvia durante o dia para a boa manutenção da casa. Assim, atividades como lavar, passar roupas, ser cuidadosa com as coisas do lar, aprender a bordar, ser esposa carinhosa e mãe extremosa eram habilidades desenvolvidas pelas meninas. Embora questões ligadas à sexualidade não fizessem, em hipótese alguma, parte dos ensinamentos da instituição, a educação oferecida pretendia prepará-las para tarefas de cunho materno e doméstico, afinal, ao saírem do Orfanato estas meninas precisariam ser acolhidas por familiares ou pelos futuros maridos. Por isso, embora o currículo contasse com as chamadas disciplinas elementares para Almeida (1998, p. 56) “dedicavam-se sobretudo às prendas domésticas e à aprendizagem de boas maneiras”.

Essa preocupação foi sentida até nos meios governamentais, pois em 27 de abril de 1926, dando cumprimento a Lei nº 925 de 6 de novembro de 1925, o Governo do Estado resolve:

Art.1º O governo do Estado subvencionará o Orfanato de São Cristóvão, com sede na cidade de mesmo nome, educandário de meninas órfãs e desvalidas ficando esse instituto sujeito as obrigações seguintes:

- a) Internar até 50 meninas órfãs ou desvalidas de 4 a 12 anos de idade, apresentadas pelo governo, além das admitidas pela diretoria do Orfanato.
- b) A ministrar a essas menores não só o ensino primário como o de prendas domésticas e tudo quanto interesse a boa direção da casa (Lei nº 925, 1925).

Vale ressaltar que “tudo o quanto interesse a boa direção da casa” consistia principalmente nas aulas de bordados, bons modos e na prática da religião que incluía, entre outras coisas, orações e a participação diária na missa. Através desse documento podemos perceber o desejo de se associar nas primeiras décadas do século XX a educação feminina à modernização da sociedade, à higienização da família e formação dos futuros cidadãos. Para Freitas (2002, p. 50) “A ênfase na escolarização feminina vincula-se à função social de educadora dos filhos”.

Apesar da ajuda recebida por meios das subvenções, a instituição passou por inúmeros problemas financeiros, dentre eles: o atraso no recebimento das verbas federais.

Figura 1: Jornal “A Cruzada” de 11 de dezembro de 1954

ORFANATO DE SÃO CRISTÓVÃO

Um orfanato por si só, sem adjetivos, é uma história de sacrifícios e lágrimas vivida por quem tem a desventura de não ter pais. Almas piedosas, cristãos dedicados, católicos convictos, entregam-se, muitas vezes, a esse difícil apostolado, dando o melhor de suas energias para esta obra que é de tanto agrado a Deus Nosso Senhor.

O Orfanato de São Cristóvão estende hoje as mãos, pedindo aos aracajuanos a sua ajuda. São 89 crianças, na grande maioria de 4, 6, 8 e 10, ameaçadas de serem devolvidas a alguma parenta, madrinha ou qualquer outra pessoa, pois as Irmãs não se julgam com direito de fazê-las passar fome.

O auxílio federal de 1954 até agora não foi pago e insignificante é a verba estadual. São despendidos semanalmente Cr\$. 3.000,00 (três mil cruzeiros). Mas... agora, onde ir buscá-los? As Irmãs se desdobram em pedidos, implorando a caridade pública para a próxima feira.

Levantamos, aqui, o nosso brado e fazemos um veemente apelo a todas as pessoas de sentimentos cristãos e altruísticos, no sentido de mandar suas ofertas ao Orfanato de São Cristóvão. Não nos esqueçamos das palavras de Cristo, Juiz Universal: “Tive fome, e me deste de comer; tive sede, e me deste de beber”.

Fonte: Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe.

Mediante essa situação, as dirigentes daquela casa de educação resolveram publicar anúncios em jornais, onde a situação da instituição foi apresentada aos leitores. Desse modo, o anúncio publicado em 11 de dezembro no ano de 1954, no Jornal Católico “A Cruzada” teve por objetivo sensibilizar os leitores do periódico, bem como informá-los acerca das dificuldades existentes para a manutenção da casa.

O pequeno artigo tratou ainda sobre o apostolado daqueles que se dedicavam ao serviço de educar os menos favorecidos e sobre a difícil tarefa de ter que devolver as internas para parentes e madrinhas, caso as religiosas não pudessem mais arcar com os compromissos financeiros e terminou conclamando segundo o jornal “A Cruzada” (1954, p. 1) aos leitores de “bons sentimentos cristãos e altruísticos, no sentido de mandar sua oferta para o Orfanato de São Cristóvão”.

Mesmo diante de tantos problemas, O Orfanato de São Cristóvão ou Lar da Imaculada Conceição, como passou a ser denominado em 1969, seguiu em seu propósito inicial de acolhimento às meninas órfãs e desvalidas. Com o passar dos anos, a boa fama da educação proporcionada na escola, que consistia em ensinar as disciplinas fundamentais, aliado aos cuidados domésticos, ultrapassou a divisa do estado de Sergipe chegando inclusive aos estados de Bahia e Pernambuco.

Considerações Finais

A educação aplicada no Orfanato de São Cristóvão cumpria o objetivo de levar à mulher a adquirir as virtudes para ser uma boa mãe e esposa, por isso não se fazia necessário adentrar ao conhecimento de tantas disciplinas, pois provavelmente elas não seriam utilizadas no universo doméstico.

Desse modo, a educação promovida pela instituição estava em sintonia com o que se pregava no período. Uma educação que aparentemente apoiava o desenvolvimento intelectual de ambos os sexos, mas que demarcava com rigor os papéis de cada um. Aos meninos os conhecimentos da geometria e às meninas as cestinhas com linhas, bordados e costuras.

Não podemos esquecer o papel da religião nesse processo educacional, rezar, repetir as ladainhas, frequentar as missas diariamente e estar em dia com os sacramentos, tudo isso fazia parte do cotidiano das meninas. Afinal, uma mãe exemplar e boa dona de casa precisava ser detentora dessas qualidades.

Educar meninas consistia em muitas dificuldades, pois não chamava atenção da família, muito menos da sociedade. Para aquelas cujo poder econômico era privilegiado a educação poderia chegar através de professoras

particulares, porém independente da classe social o início do século XX foi marcado pelo discurso segundo o qual para Freitas (2002, p. 50) “mulheres não deveriam ser instruídas e sim educadas”. Pois assim chegariam ao que deveria ser o caminho natural: casar, ser boa esposa, mãe zelosa e guardiã de moral e caráter invioláveis.

Dar uma boa formação religiosa e educacional para aquelas crianças era o principal objetivo das irmãs responsáveis pela instituição, por isso todo o esforço empregado por elas tinha como único fim, transformar as internas em modelo de educação, bom comportamento e religiosidade, conforme o que almejava a sociedade nas primeiras décadas do século XX.

Referências

- A Cruzada. (1954, dezembro 11). Aracaju, Brasil.
- Almeida, J. S. (1998). *Mulher e Educação: A paixão pelo possível*. São Paulo: Editora Unesp.
- Costa, R. M. (2003). *Fé, Civilidade e Ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)* (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil.
- Foucault, M. (2009). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Freitas, A. G. B. (2002). Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX. *Revista Semestral do Núcleo de Pós-Graduação da Universidade Federal de Sergipe*, 4, 45-65.
- Goldmann, M. A. (1951). *Madre Maria Imaculada de Jesus. Bibliografia da Primeira Superiora Geral das Irmãs Franciscanas Missionárias da Imaculada Conceição*. Bahia: Mensageiro da Fé.
- Lei nº 925, de 6 de novembro de 1925*. (1925). Regulamenta o Orfanato de São Cristóvão. Aracaju: Arquivo Público do Estado de Sergipe – APES).
- Livro de Crônicas da Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição da Mãe de Deus (1922-1958)*. Acervo: Arquivo do Lar da Imaculada Conceição. Aracaju, Brasil.
- Lopes, E. M. T., & Galvão, A. M. (2001). *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A.
- M. Monteiro (Comunicação Pessoal, Novembro 24, 1993).
- Melo, V. A. (2007). *As Filhas da Imaculada Conceição: um estudo sobre a educação católica (1915-1970)* (dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Brasil.
- Nascimento, J. C. (2004). *Memórias do Aprendizado: 80 anos do Ensino Agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Cataventos.

Rotina do Orfanato de São Cristóvão. Acervo: Arquivo do Lar da Imaculada Conceição. Aracaju, Brasil.

Sergipe. *Livro de Matrícula Frequência Diária e Aparelhagem Escolar (1948-1949) da Escola do Lar da Imaculada Conceição*. Acervo: Lar da Imaculada Conceição.